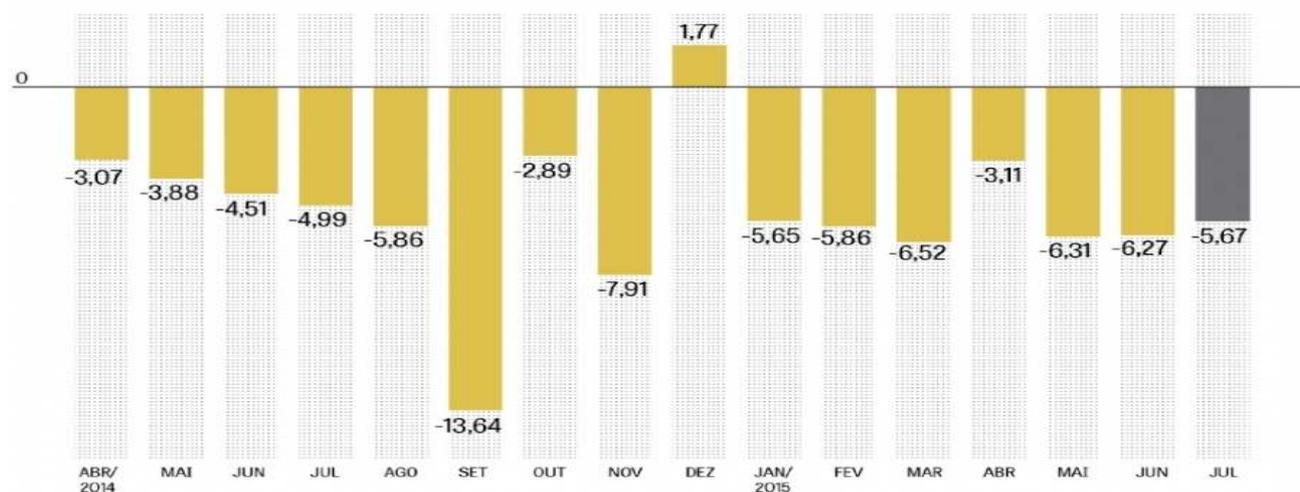


## Sem mudança na Previdência, gasto pode chegar a 20% do PIB em 2030

*Para reverter estimativa, especialistas sugerem o estabelecimento de uma idade mínima para se aposentar, que considere a expectativa de vida dos brasileiros, hoje em 74,6 anos, segundo IBGE*

### DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

Evolução do resultado primário da Previdência Social do governo central ▶ Em bilhões de R\$



FONTE: TESOURO NACIONAL

São Paulo - Estabelecer uma idade mínima para aposentadoria pode evitar que os gastos com a Previdência Social cheguem a 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do País até 2030, estima José Luis Oreiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Atualmente, essas despesas alcançam 7,13% do PIB, de acordo com cálculos baseados em dados do Tesouro Nacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2014.

# InformeDESIN

"O debate sobre a idade mínima terá que ser feito nos próximos dois anos no bojo de um ajuste fiscal estrutural. Pois não se trata de uma medida para resolver o problema mais imediato do déficit primário de 2015 e de 2016. Mas, sim, de impedir que os gastos previdenciários cresçam progressivamente nos próximos anos, aumentando cada vez mais a sua participação no PIB", afirma.

"Apesar disso, a discussão não tem sido foco dos debates sobre as contas públicas o que pode ser ruim no longo prazo", acrescenta.

Para o professor da UFRJ, se nada for feito para reduzir os gastos da previdência, diversos setores podem ser onerados. "Se você não resolve o problema da idade mínima, os gastos com a previdência aumentam, o que significa que o valor de contribuições e de impostos podem se elevar ou até mesmo o montante da dívida pública. Isso porque algum recurso precisa cobrir esses gastos. Como o governo se financia? Através de contribuições, impostos e emissão de títulos da dívida pública. Portanto, vamos ter que escolher aumentar um desses três", explica Oreiro.

## ***Expectativa de vida***

Na avaliação do professor da UFRJ, estabelecer uma idade mínima para aposentadoria não é "uma postura ideológica", e está relacionada com o aumento da expectativa vida dos brasileiros nos últimos anos. Segundo dados do IBGE, a expectativa de vida dos brasileiros de ambos os sexos, ao nascer, é de 74,9 anos. Em 2002, o índice era de 71 anos.

A partir do primeiro ano de vida, a expectativa começa a crescer. Aos 30 anos, por exemplo, esta sobe para 77,6 anos e, aos 40, para 78,5 anos.

De acordo com Oreiro, a decisão sobre a idade mínima precisa ser feita com base nessas estimativas, mas considera a idade dos 60 anos "razoável", nos dias atuais.

Roberto Piscitelli, professor de economia da Universidade de Brasília (UNB), concorda com o aumento da idade mínima, mas pondera que isso precisa ser feito de forma gradual, "sem atropelar os direitos historicamente adquiridos".

"No mundo inteiro as pessoas estão vivendo mais tempo e com mais qualidade de vida. É razoável, portanto, elevar a idade mínima, mas isso pode ser feito de forma calma e sem atropelos em direitos".

Piscitelli considera a fórmula 85/95, instituída através de Medida Provisória (MP) em junho

# InformeDESIN

deste ano, uma proposta justa que, "de certa forma, é uma transição para o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria no Brasil".

A fórmula 85/95 foi criada como uma alternativa ao fator previdenciário. Ao optar por ela, o trabalhador passa a ter o direito de receber a aposentaria no valor integral - atualmente em R\$ 4.663,75 - se a soma da idade e do tempo de contribuição chegar a 85 pontos, no caso das mulheres, ou 95 pontos, para os homens.

Pelo fator previdenciário, quem decide se aposentar antes dos 60 (mulheres) ou 65 (homens), ainda está sujeito a descontos na aposentadoria.

## ***Curto prazo***

Para Oreiro, entretanto, a aprovação da volta da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) será indispensável para o ajuste fiscal no curto prazo, colaborando para a reversão do déficit primário de R\$ 30,5 bilhões, previstos no orçamento de 2016. "A CPMF precisa ser aprovada para evitar déficit nas contas do governo central como um todo e não somente da previdência. Dizer que é para reduzir o déficit na previdência é estratégia de marketing. O déficit de todo o governo central é que precisa ser eliminado, não importa a composição", afirma.

Por esses motivos que Oreiro não considera relevante o debate sobre o déficit da previdência. "Se você retirar dinheiro do Tesouro para colocar na Previdência, vai provocar déficit no Tesouro e vice-versa", diz. "No longo prazo, precisamos começar a pensar o que vamos fazer quando a economia voltar a crescer. Pois o déficit é cíclico, quando vem recessão ele aumenta e quando retoma a atividade, diminui. No entanto, é necessário estabelecer uma política fiscal que dê conta de estabilizar a dívida pública ao longo do tempo. Precisamos de mudanças estruturais", finaliza Oreiro.

O governo encaminhou ontem para o Congresso Nacional o projeto de Emenda à Constituição (PEC) que recria a CPMF. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, havia anunciado que a alíquota seria de 0,20% e que a expectativa é arrecadar R\$ 32 bilhões em 2016.

## ***Paula Salati***

(Fonte: DCI dia 23-09-2015).

# Informe DESIN

## DIÁRIO DE S. PAULO

12

DIÁRIO DE S. PAULO - QUARTA-FEIRA / 23 DE SETEMBRO DE 2015

dia a dia

aposentados

ECONOMIA

# Nova regra do 85/95 está pronta

Relatório da MP poderá ser votada hoje na comissão especial. Conta garante aposentadoria integral ao trabalhador que atingir a soma

**Larissa Quintino**  
larissaq@diariosp.com.br

O relatório da Comissão Especial Mista do Congresso que transforma em projeto de lei a medida provisória que permite ao trabalhador se aposentar com as regras da fórmula 85/95 deve ser votada hoje e, em seguida, segue para a Mesa Diretora da Câmara onde será colocada em votação no plenário.

A expectativa é de o texto ser aprovado hoje pelos deputados e senadores. A MP, publicada pela presidente Dilma Rousseff (PT) em 18 de junho, dita as regras da conta que permite a aposentadoria sem a incidência do fator previdenciário, que tira do trabalhador parte da renda.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) informou, ontem, que a proposta a ser colocada em votação hoje propõe um meio termo entre o que o governo queria e as emendas que os deputados pediram durante a tramitação. Pela regra atual, a soma para conseguir a integralidade do benefício aumenta até 2022, quando a conta chega a 90 (idade mais tempo de contribuição) para mulheres e 100 para homens.

O relatório prevê que a progressão será com um espaço de

tempo maior, chegando a 90/100 somente em 2026 (confira ao lado).

A MP entrou em vigor em 18 de junho, como alternativa ao veto da presidência à regra 85/95 regular. A medida vale por 120 dias, ou seja, até o dia 15 de outubro. Para se tornar lei, é preciso que as duas Casas (Senado e Câmara) aprovem o texto e a presidente assinie antes dessa data.

**GREVE/** O segurado que fez o pedido da aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 18 de junho tem o direito à fórmula 85/95 independentemente do atendimento no posto. Segundo o INSS, o que vale é o dia do agendamento. Com isso, quem quiser garantir a regra mais vantajosa tem até o dia 15 do próximo mês para fazer o pedido e, assim, evitar qualquer risco no [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br). Segundo o Ipea, a incidência do fator previdenciário reduz em até 40% o valor do benefício - quanto mais jovem, maior é a perda.

**A Câmara votará um intervalo maior para a progressão, até chegar a 90/100 em 2026**

## Para valer

- » O Governo apresentou a MP 676 que cria o 85/95 progressivo, que soma a idade e o tempo de contribuição do trabalhador
- » Com o cálculo, o homem que atingir a soma 95 e a mulher, 85, recebem a aposentadoria integral
- » Para quem se aposentar sem chegar o índice, o valor previdenciário continua a valer
- » O tempo mínimo de contribuição, 35 anos para homens e 30 para mulheres, segue obrigatório

## Câmara promete votar ainda essa semana o relatório da regra 85/95

**Tramitação**  
» Para virar lei, a medida provisória precisa passar por votações na Câmara e no Senado e ser assinada pela presidente Dilma até 15 de outubro  
» A proposta foi apresentada pelo governo após o veto do 85/95 linear

**Como está**  
» O aposentado que agendou ou agendará o pedido da aposentadoria entre 18 de julho e 15 de outubro tem direito a regra 85/95  
» Mesmo que não foi atendido e teve a data da entrevista remarcada, o que vale para a concessão do benefício é a data inicial de agendamento

13 de maio	27 de maio	17 de junho	18 de junho	15 de outubro
Câmara aprova o 85/95 linear	O projeto passou pelo Senado e seguiu para as mãos da presidente	Dilma Rousseff veta o projeto	O governo apresenta a MP 676, que chega na soma 90/100 em 2022	A MP expira

Como é a conta na regra atual		Medida que será apresentada	
Ano	Soma (idade + tempo de contribuição)	Ano	Soma
2016	85/95	2016	85/95
2017	86/96	2017	86/96
2019	87/97	2019	87/97
2020	88/98	2021	88/98
2021	89/99	2024	89/99
2022	90/100	2026	90/100

**120 dias** é o prazo de validade de uma medida provisória

**54 anos** é a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição

**184** é o número de pedido emendas que o projeto do 85/95 progressivo recebeu

**Caso não seja votada**  
» Volta a valer o cálculo com o fator  
» O fator reduz em até 40% do pagamento do aposentado

» Sobre o valor integral da aposentadoria, é aplicado o fator previdenciário, que leva em consideração expectativa de vida, idade e o tempo de contribuição

Fontes: Ministério da Previdência Social e Congresso

DSP

## Impasse continua e greve no INSS também

Os servidores do INSS no estado de São Paulo decidiram ontem pela continuidade da greve. Segundo o Sinsprev, sindicato da categoria, a proposta oficial do governo ainda não foi colocada no papel e, por isso, ainda não foi possível votar o fim da paralisação. Segundo o diretor do Sinsprev, Thiago Alves, ainda ontem o comando nacional de greve se

reuniu com o Ministério do Planejamento, responsável pelas negociações, para chegar a uma redação final da proposta. "A partir disso, ela será apresentada oficialmente e podemos votar. Nossa expectativa é de que hoje o documento chegue oficialmente em nossas mãos", disse. Caso a proposta seja apresentada, novas assembleias serão convoca-

das nos estados para votação. O impasse está no pagamento dos dias parados de trabalho. Para o governo, quem não trabalhou, não recebe. Hoje, a greve completa 78 dias. Até o fechamento dessa edição o INSS não divulgou o balanço de atendimento. A justiça determinou que 60% dos servidores precisam seguir o trabalho.

# InformeDESIN

14

DIÁRIO DE S. PAULO - QUARTA-FEIRA / 23 DE SETEMBRO DE 2015



FOTOS DE CIVILIA PRESSER / FOM DIA

## ABC Greve deixa 63 mil usuários de ônibus a pé

Os motoristas e cobradores de ônibus das viações Expresso Guarará e São José cruzaram os braços na manhã de ontem em Santo André. A paralisação pegou muitos trabalhadores de surpresa, que ficaram irritados com a medida por não haver nenhuma divulgação do movimento. Os funcionários das duas empresas anunciaram a paralisação após a demissão de um funcionário que tem estabilidade por integrar a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), além de salários atrasados, a falta de depósito do FGTS e desvio de funções. Os pontos de ônibus ficaram lotados pela manhã e, sem nenhuma informação, os passageiros sofreram. Os cerca de cem veículos, que atendem o Terminal Vila Luzita, não saíram da garagem desde as 2h da manhã. Conforme o Sintetra (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte Rodoviários e Anexos), as linhas atendem 63 mil passageiros. O auxiliar-técnico em eletrônica, Lucas Gomes Santos, 20 anos, trabalha em São Caetano e ao chegar ao terminal soube da greve. "Não tenho como chegar em casa para pegar a carteirinha do convênio e preciso passar no médico", contou Lucas, com a pele toda vermelha de alergia. O presidente do Sintetra, Francisco Mendes da Silva, informou que o órgão cobra as empresas sobre os benefícios não depositados, além das demissões e melhores condições de trabalho. "Os profissionais trabalham em veículos cujas condições não são adequadas. Há também desvio de funções e perseguição por parte dos coordenadores", disse. Do total de ônibus, 60 circulam apenas em Santo André, e 40 ligam a cidade à vizinha São Caetano.



## Metalúrgicos 'invadem' Fiesp para pedir reajuste

Categoria reuniu 1,5 mil trabalhadores, que entregaram pauta de reivindicação aos patrões

Joyce Silva  
joyce.silva@diariosp.com.br

Em um grande ato na manhã de ontem, os metalúrgicos ligados à Força Sindical deram início à campanha salarial deste ano. Eles entregaram a pauta de reivindicações da categoria à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Os funcionários foram recebidos por diretores a entidade. O documento traz as solicitações de reajuste salarial e melhorias para os 750 mil trabalhadores do estado.

Segundo os números da central, 1,5 mil pessoas compareceram à manifestação. A categoria reivindica aumento real dos salários (ao menos 10% de reajuste), valorização dos pisos salariais, manutenção das cláusulas sociais, como, por exemplo, estabilidade para quem sofreu algum acidente de trabalho, mas não está inválido, entre outros pontos.

"A negociação pode ser difícil, até por conta da crise. Mas achamos que a campanha salarial é importante, ela pode garantir o aumento, impedir a redução salarial. E se o trabalhador tem salário no bolso, a economia gira", disse o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruva.

Mesmo com a recessão, os sindicalistas não acreditam estar em lado oposto aos patrões. "Nós tivemos algumas pautas comuns com a Fiesp, mas agora vamos entrar com a parte das reivindicações. E nós temos de saber dividir isso. Começamos nossa campanha respeitando o lado patronal, mas exigindo que nossas solicita-

ções sejam aceitas" argumenta o presidente da entidade, Miguel Torres.

O assunto mais discutido durante o ato foi a recessão. Os trabalhadores e empregadores se mostraram preocupados com a crise econômica atrapalhe as negociações. "Nós sabemos que a indústria paulista é a que está mais perdendo. Então, já sabemos que esta vai ser a tônica da campanha", completou Miguel, que antes, junto com outros sindicalistas e trabalhadores, doou sangue no Hospital das Clínicas.

Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indús-

tria da Máquina e Equipamentos), também apontou a crise como um fator decisivo nas negociações. "A relação entre a Força e os patrões é uma das mais fortes já construídas no país e, neste momento de dificuldade, temos de dar as mãos por causas maiores como o país, o emprego e a indústria", disse. Com a data base em 1º de novembro, a categoria não descarta a possibilidade de greve. "A paralisação é a nossa última ferramenta, mas é lógico que se não conseguirmos vencer o patronal, com certeza vai ter greve", garantiu Miguel.



Líderados por Miguel Torres, sindicalistas entregaram documento aos patrões na Fiesp

## Pacotão Força vai aumentar pressão no Congresso

A Força Sindical anunciou, ontem, que vai fazer pressão nos congressistas para que eles rejeitem o pacote fiscal apelidado pelos sindicalistas de "pacote de maldades" da presidente Dilma Rousseff. As medidas, entre elas a recriação da CPMF, o imposto do cheque, e o adiamento do reajuste dos servidores públicos federais, foi enviado ontem ao Congresso. "Apelamos para a sensibilidade do Congresso Nacional para que não aprove o 'pacote de maldades' do governo contra a classe trabalhadora e contra o povo brasileiro, tão sofrido em função do descalço e da indiferença impostos por este governo que só faz olhar para o próprio umbigo", diz a nota da central sindical.

Para a Força, a presidente Dilma Rousseff continua "se curvando aos bancos e aos especuladores e virando as costas para os trabalhadores". "Não podemos nos calar diante desta verdadeira afronta contra os trabalhadores e a sociedade brasileira como um todo. O que o governo quer nada mais é do que transferir o ônus de seus próprios erros, trazido por uma sequência interminável de desmandos na condução de sua política econômica, para que seja pago pela classe tra-

balhadora", continuam as críticas. "E, além de ter feito a opção mais errada para a economia brasileira, e da reprovação de toda a sociedade, o governo não aprende. A adoção das medidas nefastas contidas no pacote, como o congelamento do aumento salarial dos servidores públicos, a supressão de direitos trabalhistas e a recriação da CPMF sob a falsa argumentação de aumentar impos-

**Ressuscitar a CPMF de uma forma tão desastrosa, é mais um erro brutal do governo da presidente Dilma**

**Uma reforma fiscal se faz necessária, mas desde que resulte no fortalecimento da economia do país**

**Não vamos permitir ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores**

tos para suprir a Previdência Social, é uma forma mesquinha e ardilosa de impor mais um imposto para corroer os salários, e um atentado cruel contra o povo e os trabalhadores". Para a Força Sindical, presidida pelo sindicalista Miguel Torres, "o governo quer esvaziar e precarizar o serviço público". "A Força Sindical não medirá esforços para que o pacote vire fumaça. Apoiaremos, democraticamente, toda e qualquer manifestação que tenha por objetivo a garantia dos direitos trabalhistas e o bem-estar dos brasileiros", fala. A nota termina dizendo que "as medidas irão desestimular os investimentos". "Acreditamos que uma reforma fiscal se faz necessária, mas desde que nascida do diálogo e que traga em seu teor compromissos que resultem no fortalecimento da economia e no desenvolvimento do país. E não que provoquem justamente efeitos contrários. Não vamos permitir, em hipótese alguma, ataques aos direitos dos trabalhadores e tentativas de mudanças que em nada vão ajudá-los", finaliza a central, que deve fazer vigília em Brasília para tentar impedir a aprovação do pacote.